



Araçariguama, 25 de outubro de 2021.


**Ofício nº 254/2021 – GP**

Senhor Presidente,


Venho por meio deste, solicitar os bons préstimos à Vossa Excelência, apresentar para apreciação e votação do seguinte projeto de lei;

**PROJETO DE LEI Nº 27, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.**  
Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mobilidade Urbana no Município de Araçariguama – FDMU, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.

  
**RODRIGO DE ANDRADE**  
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
**PAULO HENRIQUE SANCHES VOLCOV**  
DD. Presidente da Câmara de Araçariguama

**J. M. ARAÇARIGUAMA - SP**  
**PROTOCOLO Nº 611/2021**  
EM 26 / 10 / 2021  
HORA: 11:25 h  
ASS.: 



Araçariguama, 25 de outubro de 2021.

**MENSAGEM Nº 279/2021**

**PROJETO DE LEI Nº 27/2021**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei que *Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mobilidade Urbana no Município de Araçariguama – FDMU, e dá outras providências.*

O presente projeto de lei tem como objetivo viabilizar a implantação do Plano de Mobilidade Urbana e de garantir condições financeiras para custeio e investimentos em controle, operação, fiscalização e planejamento das políticas públicas municipais de melhoria da mobilidade urbana e do transporte público no Município de Araçariguama.

Essa iniciativa leva em consideração a necessidade de atender a Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana, e busca definir um fundo específico para previsão e alocação de dotações e recursos financeiros e de financiamentos para execução das ações propostas para o desenvolvimento da mobilidade urbana do Município.

Ante o exposto, considerando que se trata de medida política-administrativa com interesse público, tenho a grata satisfação de levar ao conhecimento de Vossas Excelências este importante Projeto de Lei para avaliação, discussão e aprovação por essa Egrégia Casa de Leis.

Nesta oportunidade renovo a V. Exa. e aos seus ilustres pares, votos de estima e consideração.

**RODRIGO DE ANDRADE**  
Prefeito do Município

Ao Excelentíssimo Senhor  
**PAULO HENRIQUE SANCHES VOLCOV**  
DD. Presidente da Câmara de Araçariguama





PROJETO DE LEI Nº 24, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021.

*Cria o Fundo de Desenvolvimento da Mobilidade Urbana no Município de Araçariguama – FDMU, e dá outras providências.*

**RODRIGO DE ANDRADE**, Prefeito do Município de Araçariguama, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica criado o Fundo de Desenvolvimento da Mobilidade Urbana – FDMU, com o objetivo de viabilizar a implantação do Plano de Mobilidade Urbana e de garantir condições financeiras para custeio e investimentos em controle, operação, fiscalização e planejamento das políticas públicas municipais de melhoria da mobilidade urbana e do transporte público no Município de Araçariguama.

**Art. 2º** O FDMU será vinculado ao Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTTRANS, regido nos termos da Lei Complementar nº 066, de 03 de novembro de 2005.

**Parágrafo único.** O Fundo de Desenvolvimento da Mobilidade Urbana tem como finalidade promover o acesso amplo e democrático ao espaço urbano de forma segura e sustentável, priorizando a construção de ações e medidas para garantir a qualidade e eficiência do transporte coletivo, dos meios motorizados e não motorizados e da integração entre as diversas modalidades de transportes, no âmbito do Município, em conformidade com o estabelecido na Lei Federal nº 12.587, de 03 de janeiro de 2012.

**Art. 3º** Constituem receitas do FDMU:

- I – as dotações orçamentárias;
- II – as multas de trânsito;
- III – as Taxa de Transporte Público de Passageiros;
- IV – os provenientes do sistema de estacionamento rotativo;



- V – os provenientes de multas oriundas da aplicação de infração administrativa impostas por infração a Lei Complementar nº 066, de 03 de novembro de 2005;
- VI – os decorrentes das taxas de publicidade em vias, praças, veículos e próprios públicos;
- VII – os decorrentes das Taxas com hipótese de incidências de que trata o Título III, art. 61, itens 01, 05, 06.1 letras “a” e “d”, 06.2 letras “a” e “d”, 07 letra “a” do Código Tributário do Município – Lei Complementar nº 07, de 30 de dezembro de 1994;
- VIII - as originadas em convênios, termos de cooperação ou contratos associados à gestão do transporte público e do trânsito no Município, bem como pelo desenvolvimento de projetos específicos de sua abrangência;
- IX – as contribuições, transferências de recursos, subvenções, auxílios ou doações, do poder público ou do setor privado;
- X – os créditos suplementares especiais;
- XI – os recursos repassados pela União ou por Governos Estaduais;
- XII – os rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;

**Art. 4º** Os recursos do FDMU serão aplicados exclusivamente em:

- I – desenvolvimento de projetos para a otimização do trânsito e do transporte no âmbito do Município de Araçariçuama;
- II – financiamento de programas e campanhas de educação para o trânsito;
- III – financiamento e investimento em planos, programas, projetos e ações relacionados à mobilidade urbana no Município;
- IV – aquisição de material permanente ou de consumo e outros insumos, ou contratação de serviços e locação de bens necessários para planejamento,





projeto, implantação, manutenção, operação e fiscalização das ações de mobilidade urbana, transporte público e do trânsito no Município;

V – criação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de programas, soluções e mecanismos de gerenciamento, planejamento, tecnologia da informação, inovação, preservação e sustentabilidade ambiental e sistemas inteligentes, relacionados à gestão do transporte público e do trânsito;

VI – construção de programas visando à melhoria da qualidade dos sistemas de transporte público e trânsito;

VII – desenvolvimento, capacitação e aprimoramento de recursos humanos envolvidos na gestão e na prestação dos serviços de transporte público e trânsito;

VIII – investimentos em infraestrutura urbana de suporte aos sistemas de circulação, transporte público e trânsito no Município;

IX - fomento e investimento na estrutura e infraestrutura de mobilidade urbana, notadamente em relação ao transporte coletivo de passageiros, podendo, inclusive, se for o caso, destinar os recursos do FDMU em garantia do Sistema;

X - realização de publicidade institucional, campanhas educativas, pesquisas, realização e participação em palestras, cursos, seminários e eventos relacionados à acessibilidade, mobilidade, prevenção ao assédio sexual nos transportes públicos, e formação e qualificação dos profissionais atuantes nas áreas do transporte e do trânsito;

XI – desenvolvimento de ações e serviços de apoio aos usuários e de garantia de segurança aos pedestres na circulação; e

XII – custeio e investimento em outras atividades associadas à circulação, ao transporte público e ao trânsito.



**Art. 5º** Os recursos do FDMU deverão ser mantidos em conta especial, com titularidade do Município de Araçariçuama, em instituição financeira oficial.

**Art. 6º** A gestão do FDMU será supervisionada por seu Conselho Gestor, composto da seguinte forma:

- I – pelo Diretor do Departamento Municipal de Transporte e Trânsito - DEMUTTRANS, que o presidirá;
- II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;
- III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Orçamento, Finanças e Contabilidade;
- IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura;
- V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Municipais; e
- VI – 01 (um) representante da Controladoria Geral do Município.

**Parágrafo único.** Os integrantes do Conselho Gestor do FDMU serão indicados por ato do Executivo Municipal.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará por Decreto, o funcionamento, competência e demais diretrizes do Conselho Gestor do FDMU.

**Parágrafo único.** O Conselho Gestor reunir-se-á ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente, quando convocado por qualquer de seus membros.

**Art. 8º** É vedada a remuneração, a qualquer título, pelo exercício de funções no Conselho Gestor do FDMU, sendo estas funções consideradas como serviços relevantes prestados à comunidade.


**Art. 9º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, por Decreto, no que for necessário.



**Art. 10.** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 11.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Araçatiguama, 25 de outubro de 2021.



**RODRIGO DE ANDRADE**  
Prefeito do Município